



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social.

## TRABALHO, POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇO SOCIAL: A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO MUNICÍPIO DE NITERÓI-RJ

Janice Realina Sodré<sup>1</sup>

**Resumo:** Este texto apresenta a análise preliminar da experiência profissional dos assistentes sociais desenvolvida na Política de Assistência Social no Município de Niterói utilizando como direção a categoria precarização do trabalho como processo multidimensional, privilegiando a dimensão organização do trabalho.

**Palavras-Chave:** Política de Assistência Social; Proteção Social Básica; precarização do trabalho; organização do trabalho; trabalho do assistente social.

**Abstract:** This text presents the preliminary analysis of the professional experience of social workers developed in the Policy of Social Assistance in the Municipality of Niterói using as direction the precarization category of work as a multidimensional process, privileging the dimension of work organization.

**Keywords:** Social Assistance Policy; Basic Social Protection; precariousness of work; organization of work; social worker's work.

### 1. Introdução:

Este texto tem por objetivo apresentar a análise preliminar das experiências profissionais desenvolvidas na Política setorial de Assistência Social no Município de Niterói. Para tal foi escolhido, dentro das equipes multidisciplinares que compõem o corpo de trabalhadores da Política, os assistentes sociais, e em particular, aqueles que atuam em uma das proteções sob as quais se organiza o SUAS<sup>2</sup>: a Proteção Social Básica-PSB no seu principal equipamento o CRAS<sup>3</sup>. Utilizamos como direção para reflexão a categoria precarização do trabalho como processo multidimensional<sup>4</sup>. Dentro desta perspectiva é possível observar expressões da precarização, para além das condições e relações de trabalho amplamente debatidas, em uma conjuntura onde ocorre massiva intensificação deste processo.

---

<sup>1</sup> Profissional de Serviço Social, Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, E-mail: reallinas@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Sistema único de Assistência Social

<sup>3</sup> Centro de Referência da Assistência Social.

<sup>4</sup> Caracterização realizada por Franco, Druck e Seligmann Silva (2010) que identificaram cinco diferentes dimensões relacionadas à precarização do trabalho: os vínculos contratuais estabelecidos nas relações de trabalho; a organização e as condições de trabalho; a saúde dos trabalhadores; a maior complexidade da alienação / estranhamento do trabalho e a representação e organização coletiva / sindical.

Privilegiamos neste estudo inicial, contudo, a organização do trabalho. Justificamos a escolha tendo em vista a observação nos exercícios de reflexão sobre o trabalho dos assistentes sociais, uma tendência de analisar o trabalho apenas pela via Institucional<sup>5</sup>. Acreditamos que esta se configura como insuficiente para analisar a inserção do assistente social enquanto trabalhador coletivo, especializado inserido na divisão sócio técnica do trabalho. Destacamos, ainda, a organização do trabalho enquanto categoria profícua, na medida em que esta se configura, não só sob os aspectos de como o trabalho é dividido, mas compreende as relações de poder e o sistema hierárquico existente nas Instituições empregadoras, expressões do Estado e nas quais o processo de trabalho do Serviço Social é desenvolvido.

A categoria escolhida, portanto, nos possibilita estudar aspectos do processo de trabalho em uma determinada estrutura organizacional, em determinada política setorial, neste caso, a Política de Assistência Social, pelo modo de gestão e pela cultura Institucional. Permite compreender determinantes e condicionantes dados pela inserção do Serviço Social sob o modo de produção historicamente localizado.

Para consubstanciar a análise da experiência, realizamos um esforço teórico orientado pela literatura clássica e atualizado sobre o tema. Situamos, portanto os estudos na compreensão do processo de trabalho e processo de acumulação (MARX, 2004) e posteriormente introduzimos a perspectiva do setor de serviços que visa contribuir para compreensão dos processos de trabalho no setor público. De início já avaliamos ser impossível neste esforço teórico apresentar todas as mediações existentes realizadas por Marx para compreender o trabalho como elemento constitutivo da sociabilidade humana. Contudo, neste texto consideramos a categoria “trabalho” como fundamental, à revelia das concepções que advogam seu “fim”<sup>6</sup>.

## **2. Condicionantes e determinantes da Organização do Trabalho:**

Tanto sob a perspectiva de análise da organização do trabalho sob a gerência científica (BRAVERMAN, 1985) ou na acumulação flexível (HARVEY, 1993) o trabalho é uma relação entre homem e natureza, “um processo em que o homem, por sua própria ação regula esta interação”. (MARX, 2004, p.36). É sob a perspectiva do trabalho ideado, antes de seu processo, no intuito de obter um produto, que fundamentamos o trabalho como uma expressão exclusivamente humana. Mas é na observação dos elementos constitutivos do

---

<sup>5</sup> Na observação e nas construções coletivas, sobretudo nos cursos de Extensão do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social e Educação. GEPESS-UERJ.

<sup>6</sup> Destacamos, sobretudo, as obras de Claus Offe e André Gorz, cujos textos-referência, apesar de terem quase quarenta anos, representam bem o núcleo dos argumentos dos defensores do fim da centralidade do trabalho.

processo de trabalho que vamos compreender o caminho desta ideação até a realização da vontade orientada a um fim<sup>7</sup> (MARX, 2004). Considerando, ainda, o trabalho, enquanto categoria fundante da sociabilidade humana, e tomando a teoria do valor-trabalho como norte, o valor do produto deste processo de trabalho é determinado não pela quantidade total de trabalho usada para produzi-lo, mas sim, pelo tempo de trabalho socialmente necessário requerido para uma utilidade própria das necessidades humanas. Um valor de uso. Este processo é mediado pelo trabalho concreto (MARX, 2004). Sob o modo de produção capitalista, ainda que o processo de trabalho não se altere em seus elementos constitutivos, por meio do controle da organização e dos meios de produção o capitalista transforma os valores de uso em valores de troca, uma mercadoria (MARX, 2004). Neste sentido, no modo de produção capitalista ocorre a valorização do capital por meio do trabalho excedente<sup>8</sup>. Este processo é mediado pelo trabalho abstrato. Ou seja, um processo de trabalho onde o trabalhador não se identifica com o trabalho, pois não detém controle sobre este processo e não se identifica com o produto, pois este se realiza enquanto mercadoria. Segundo Braverman o meio de impedir o controle do processo de trabalho pelos trabalhadores é a dissociação entre concepção e execução (1987). Nesse contexto, compreender a divisão social do trabalho auxilia apreender o processo da redução do trabalho concreto em abstrato na sociedade manufatureira.

A divisão social do trabalho está presente em todas as sociedades<sup>9</sup> (MARX, 2004). Relaciona-se, portanto, ao trabalho humano. "tão logo se converte em trabalho social, isto é, trabalho executado na sociedade e através dela" (BRAVERMAN, 1987, p.71-72). No desenvolvimento das forças produtivas ocorre uma progressiva separação entre as atividades ligadas a terra e trabalho manual. Contudo, é com o advento da sociedade industrial que ocorre a progressiva divisão do trabalho. Esta vai se caracterizar pela fragmentação de uma especialidade produtiva em numerosas operações limitadas, de modo que o produto resulta de uma grande quantidade de operações executadas por

---

<sup>7</sup> Categorizando inicialmente o trabalho e posteriormente o processo de trabalho a partir de seus elementos simples, objeto, meios e atividade em si, Marx nos permite distinguir o que particulariza o processo de trabalho na sociedade capitalista (ALMEIDA & ALENCAR, 2011).

<sup>8</sup> O tempo de trabalho necessário é a fração da jornada de trabalho que é paga ao trabalhador, isto é, que corresponde ao valor da força de trabalho, dado pelo valor capaz de proporcionar sua produção e reprodução. Em contrapartida, o tempo de trabalho excedente, significa a fração da jornada de trabalho que o capitalista extrai o mais-valor; corresponde ao período que o trabalhador produz um novo valor cuja apropriação é feita pelo detentor dos meios de produção. É no tempo de trabalho excedente que ocorre a valorização do capital, por isso existe o interesse do capitalista no aumento daquele e assim, da jornada de trabalho (MARX, 2004).

<sup>9</sup> Ainda nas comunidades primitivas o trabalho era aperfeiçoado na passagem das gerações estendendo-se a cada vez mais a novas atividades

trabalhadores especializados em cada tarefa: a produção manufatureira.<sup>10</sup> A partir de um crescimento cada vez maior da divisão manufatureira do trabalho se faz necessário criar subsídios para que este trabalhador possua condições plenas de vender sua força de trabalho. Em uma sociabilidade fabril ocorre uma apropriação das necessidades sociais básicas, não mais realizadas pelo núcleo familiar e comunitário, mas pela lógica mercantil<sup>11</sup>. Por meio da propaganda se estabelece a relação entre consumo e qualidade de vida ocasionando, inclusive, a privatização das necessidades culturais dos trabalhadores. Mas qual processo teria viabilizado a expansão do setor de serviços? Para Mandel é na acumulação de excedentes e a impossibilidade de valorização dos mesmos no setor industrial que vai determinar este processo. Enquanto o “capital” era relativamente escasso se concentrava nos domínios tradicionais de produção de mercadorias. Com o processo de acumulação crescente e a impossibilidade de valorização do capital no âmbito produtivo este vai penetrar cada mais em áreas não produtivas. A esta tendência Mandel denomina como *supercapitalização*: a expansão das relações capitalistas de produção a esferas não mercantis, com a penetração de capital nas esferas da circulação.<sup>12</sup>

A expansão dos serviços vai imprimir neste processo novas características ao trabalho expressando uma nova recomposição do capital modificando os limites entre setores industriais, financeiros e dos serviços (COSTA, 2008).<sup>13</sup> Sob este aspecto, na atual fase do capitalismo a complexa contradição incide na tensão da sua existência enquanto serviço que tem valor de uso social e coletivo e a possibilidade de serem transformados em serviços, cuja utilidade social passa a ser orientada pela mercantilização.<sup>14</sup> Mas é apenas

---

<sup>10</sup> Esta *divisão manufatureira do trabalho* destrói ocupações e torna o trabalhador inapto a acompanhar qualquer processo completo de produção. Separa-se concepção e execução. Por meio de inovações técnicas e organizacionais o capitalista apropria-se do conhecimento do trabalhador, expropriando o saber operário e garantindo a acumulação do capital.

<sup>11</sup> As atividades básicas antes realizadas pelos núcleos comunitários agora vão ser mercantilizadas. Alimentação, manutenção da casa, cuidado com as crianças, entretenimento assumem a lógica mercantil fomentando o crescimento de um grupo de trabalhadores que substituirão estes trabalhadores e trabalhadoras que ocupam postos de trabalho na fábrica.

<sup>12</sup> Para Mandel esta “penetração do capital nas esferas da circulação dos serviços e da reprodução pode determinar um aumento da mais-valia” (1985, p.282), pois as necessidades de consumo incrementam a circulação do capital por meio de um mercado interno. O capital, portanto, incorpora as necessidades da reprodução da força de trabalho por meio da ampliação das “funções intermediárias” (MANDEL, 1985, p. 269).

<sup>13</sup> Os serviços passaram a ter na, na fase monopolista do capital, uma função estratégica, mas nunca concorrente ou substituta, em relação a produção material, integrando de forma orgânica os processos necessários a expansão do capital e o enfrentamento das crises de superprodução (ALMEIDA & ALENCAR, 2011, p 139)

<sup>14</sup> Marx localiza que os “serviços não são mais do que uma expressão para o valor de uso particular do trabalho na medida em que este não é útil como a coisa, mas como atividade” (COSTA, 2008, p.78). Ainda que ocorra uma expansão e diversificação do setor de serviços o valor de uso particular do trabalho útil é preservado ainda que seja organizado sob o modo de produção capitalista (COSTA,

quando as necessidades se tornam coletivas e com o surgimento dos serviços de consumo coletivo, que ocorre um limiar muito tênue entre o público e privado. Ocorre, portanto a expansão dos serviços sociais e um crescimento das funções do Estado. Dentro deste contexto, ao analisarmos os serviços sociais a existência dos serviços expressa a tensão entre as necessidades do proletariado e do capital. O impacto das lutas sociais, seu reconhecimento não se dissocia das necessidades do próprio capital. (COSTA, 2008, p.109). É por meio da mediação dos serviços que o Serviço Social problematiza o significado das políticas sociais como espaços em que se organizam as ações do Estado por meio de processos de trabalho coletivo nos quais se inserem os assistentes sociais (ALMEIDA & ALENCAR, 2011).

Com uma trajetória, enquanto profissão marcada pela dinâmica entre as classes fundamentais e o Estado, foi apenas em meados da década de 1980 que a categoria trabalho é introduzida a partir do momento em que a profissão traz para o debate teórico e técnico-profissional a necessidade de se rediscutir sua prática. A grande questão era reconhecer o assistente social como um trabalhador.<sup>15</sup> É na condição de trabalhador assalariado que se contempla também a forma de compreender a inserção do assistente social na sociedade capitalista tendo em vista que sua atividade não depende exclusivamente do profissional, mas de um conjunto de determinações e condicionantes que vão desde a conjuntura política e econômica e seus rebatimentos nas políticas sociais. Esta condição “não só enquadra o assistente social na relação de compra e venda da força de trabalho, mas molda a sua inserção socioinstitucional na sociedade brasileira” (IAMAMOTO, 2000, p. 63). Quando nos referimos à categoria processo de trabalho, a inserção do assistente social em processos de trabalho não realiza isoladamente, mas como um trabalho combinado, como parte de um trabalho coletivo. Assim, na esfera do trabalho, é parte de um conjunto de especialidades que são acionadas conjuntamente para realização dos fins de uma Instituição. E o Serviço Social passa a ser tratado como “um tipo de trabalho especializado que se realiza no âmbito de processos e relações de trabalho” (IAMAMOTO, 2000: 93). O trabalho do assistente social impacta no processo de reprodução da força de trabalho por meio de serviços sociais inseridos em programas que mantêm a sobrevivência social e material dos setores majoritários da classe trabalhadora. Sua objetividade não é material mais social (IAMAMOTO, 2000). O âmbito de materialização do trabalho do Serviço Social é do consumo e da reprodução social do usuário dos serviços e de sua família. Desta maneira, o produto esperado do trabalho se expressa através das

---

2008, p. 99). Desta forma, ainda que adquiram uma expressão são seus efeitos úteis que são mercantilizados.

<sup>15</sup> Este debate é realizado e atualizado em Iamamoto, 2008 ao trazer os Fundamentos do trabalho profissional.

políticas sociais e seus impactos provenientes da inter-relação do usuário com estas mesmas políticas. A Instituição organiza o processo de trabalho do qual o assistente social participa em vias de conseguir este objetivo. Daí a importância do assistente social para o capitalismo. No entanto, este processo não é unilateral, pois como trabalho intelectual, ainda que especializado, tem em vista objetivos informados por seu corpo teórico-metodológico e ético-político. Neste contexto, como a Instituição organiza os processos de trabalho nos quais o assistente social está inserido na atualidade? A organização do trabalho diz respeito à divisão das tarefas e a divisão dos homens para sua realização. Engloba os conteúdos das tarefas, na medida em que esta deriva da divisão do trabalho. Assim, é importante lembrar que a organização e a divisão do processo de trabalho definem-se pelo objetivo final que se quer atingir. Como exposto anteriormente no modo de produção capitalista os processos de trabalho se reorganizam diante da necessidade de recompor do capital. Destacamos duas expressões desta reorganização do trabalho no capitalismo monopolista: o pacto Fordista-Keynesiano e a acumulação flexível.

O fordismo, que tem por prerrogativa a produção e o consumo em massa fomentava as inovações produtivas, voltadas para o avanço da industrialização. Contudo, não se limitam apenas ao incremento de novas tecnologias e técnicas de trabalho. Estas se voltavam para novas tecnologias de gerenciamento. Todo este aparato, contudo, não teria passado de uma experiência localizada, sem a intervenção do Estado na economia e na esfera da reprodução social da força de trabalho. Desta maneira, a expansão do fordismo está intimamente ligada ao crescimento da função reguladora fortemente intervencionista do Estado, após a II Guerra Mundial, reestruturando economias nacionais.<sup>16</sup>No período da passagem da década de 1970 para 1980 estas novas tecnologias vão se localizar sob a base da microeletrônica e da automação intensificando as contradições já inerentes ao sistema capitalista.

Uma nova crise de superprodução promove novas perspectivas de reação burguesa à crise do capital. Estabelece-se uma nova correlação de forças entre capital trabalho e se expressa por meio de quatro estratégias: a flexibilização dos processos e relações de trabalho, a denominada “reestruturação produtiva”, o neoliberalismo, a mundialização do capital e a contrarreforma do Estado (ALMEIDA & ALENCAR, 2011).

Histórica e economicamente a reestruturação produtiva se constitui em um dos processos do regime de acumulação flexível, que “se articula ainda aos processos de

---

<sup>16</sup> A arquitetura econômica, política e social, que permitiu e viabilizou a existência deste ciclo de expansão, se esgota quando o capital não dispõe de novos territórios para distribuir suas mercadorias. Este esgotamento vai obrigar uma reorientação da dinâmica do capital na busca por novas tecnologias para garantir a redução de custos salariais.

globalização, com ênfase na lógica de financeirização da economia” (ALMEIDA & ALENCAR, 2011, p. 143). Esse é outro aspecto fundamental da resposta à crise do capital desencadeada na década de 1970: a mundialização do capital. A mundialização do capital sob a égide do capital financeiro imprime novas racionalidades às formas de organização e prestação de serviços sociais. Ao analisarmos a reestruturação produtiva consideramos que as mudanças nas formas de organização da produção e gestão vão dar um novo ordenamento ao consumo da força de trabalho e as requisições feitas aos profissionais. E esta reestruturação das formas de organização e gestão do trabalho são expressas no setor público por meio da “contrarreforma” (BEHRING, 2003) do Estado sob a orientação neoliberal. É no contexto do pós-segunda Guerra Mundial, que encontramos o marco histórico de surgimento das ideias constitutivas do chamado “neoliberalismo”, que visavam se contrapor ao crescimento das funções de regulação do Estado na sociedade. O Estado, até então interventor na gestão das estratégias de expansão do capital, é o grande responsabilizado pela crise, que embora se expresse sob várias dimensões, justamente vai ser creditada, principalmente, à crise fiscal. A necessidade de reconfiguração de ajuste e de “reforma” do Estado ganha força.

No Brasil os anos 1990 demarcam, claramente, a opção neoliberal. Dentre as características da Reforma do Estado temos: a flexibilização nas relações de trabalho, a condição da seguridade social pública e as privatizações e a relação com o capital estrangeiro. De acordo com a proposta deste esforço teórico vamos nos ater a flexibilização nas relações de trabalho. A flexibilização expressa, sobretudo na marca principal da reestruturação produtiva no Brasil vai ter, dentre outras características: a redução dos postos de trabalho, o desemprego dos trabalhadores do núcleo organizado da economia e a sua transformação em trabalhadores informais, sem vínculos.<sup>17</sup>

Os serviços públicos, como saúde, energia, educação e previdência, entre outros, também sofreram significativo processo de reestruturação, subordinando seus processos de trabalho a este atual padrão de organização e gestão. Determinou novos formatos às instituições com as quais o Estado pode se associar, trazendo mudanças que afetaram a gestão e a regulação do trabalho.<sup>18</sup> As políticas sociais dentro dessa conjuntura sofrem alterações significativas na medida em que na contramão das recentes conquistas e

---

<sup>17</sup> Sendo a flexibilização das relações de trabalho o elemento fundamental para garantir o ajuste fiscal, isto não foi suficiente para a permanência do capital financeiro. Somente com as privatizações o país se tornou atrativo para investimentos externos.

<sup>18</sup> Nesse sentido nos apropriamos da perspectiva de Beringh quando define este processo como uma “contrarreforma” na medida em que impacta diretamente o esfacelamento de direitos que fixados na Constituição não são efetivados de fato na sua totalidade, visto que essas reformas estão sempre atreladas às necessidades do capital, pois um dos eixos da reforma foi a diminuição das funções do Estado e a ampliação da oferta de serviços coletivos da rede privada.

avanços que visam garantir práticas democráticas estas vão assumir o caráter mercantil produtivista. Adotam-se estratégias semelhantes de organização e gestão do trabalho àquelas do âmbito privado, que por meio das alterações legislativas viabilizam o surgimento de diversas modalidades de contratação. Junto a essas novas modalidades é possível observar a criação de um ambiente tenso onde vão coexistir trabalhadores com diferentes vínculos empregatícios, em um mesmo local de trabalho, com salários e benefícios diferentes, para o desempenho, muitas vezes, da mesma função, no setor público.

Considerando que uma nova racionalidade vai presidir os processos de trabalho no âmbito do Estado, esta organização, estes novos modelos de gestão afinados a proposta neoliberal estão associados aos processos de descentralização, privatização e focalização da política social (ALMEIDA & ALENCAR, 2011).

Com a Política de Assistência Social não foi diferente. Legitimada como política de direito através da Constituição Federal de 1988 (CF/88) compondo juntamente com a Previdência e a Saúde o tripé da Seguridade Social promove um novo ordenamento da Assistência Social. Enquanto política pública vai atentar para necessidade de diretrizes para a gestão dos trabalhadores da área, uma vez que estes se constituem como os executores diretos das ações propostas. A política de recursos humanos vai constituir, dentro desta construção, um dos eixos estruturantes do SUAS, ao lado da descentralização, do financiamento e do controle social.

A Norma Operacional dos Recursos Humanos a NOB-RH/SUAS, aprovada em 2006<sup>19</sup>, na contramão das desconstruções promovidas desde a década de 90, volta sua atenção para o debate acerca dos trabalhadores da Assistência Social. Embora represente uma importante conquista, na medida em que possibilita refletir acerca das requisições indispensáveis para a melhoria das condições de trabalho não vai conseguir sanar a ausência de profissionalização resultado de uma construção equivocada da Assistência enquanto Política Pública.

Dentro do exposto é por meio da apreensão das estratégias de reação do capital à crise, que se torna possível compreender as tendências e fenômenos hoje presentes nas políticas sociais, dentre os quais, as novas racionalidades na organização dos processos do trabalho coletivo. Partimos da hipótese que compreender como se organiza o processo de trabalho na Política de Assistência Social nos possibilita realizar as mediações necessárias para avançar nos estudos referentes ao trabalho nas construções teóricas do Serviço Social e viabilizar a análise das Políticas Públicas frente ao novo “desmonte”<sup>20</sup> empreendido nos

---

<sup>19</sup> Através da resolução nº269 do Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS.

<sup>20</sup> Com destaque para Lei 13.467/2017 que altera a Consolidação das Leis de Trabalho e a Emenda Constitucional n. 95 que imprime um novo regime fiscal



direitos sociais de todos os trabalhadores, e em particular, neste estudo, os trabalhadores assistentes sociais da Proteção Social Básica de Niterói.

## **2. As expressões da organização do trabalho nos CRAS em Niterói: o processo de trabalho do assistente social.**

Até aqui este breve esforço teórico teve como finalidade apreender as categorias relacionadas aos estudos do trabalho, setor de serviços e a organização do trabalho no modo capitalista de produção, tendo em vista a compreensão acerca da inserção dos assistentes sociais nas políticas públicas, e em especial na Política de Assistência Social.

Neste esforço teórico localizamos que na atual fase do capitalismo, a existência dos serviços expressa a contradição entre as conquistas advindas das lutas empreendidas pela classe trabalhadora e as necessidades própria do capital. Desta forma, nos serviços sociais ocorre “uma tendência em fortalecer a perspectiva de situar os direitos sociais como direitos de cidadania ou mercantilizá-los” (ALMEIDA & ALENCAR,2011, p.156).

Quando analisamos as novas racionalidades advindas do marco legal expresso na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS<sup>21</sup> constatamos que estas não garantiram as condições objetivas para a efetivação da PNAS.<sup>22</sup> Embora o processo de trabalho em assistência social tenha como objeto operacionalizar o acesso aos benefícios, programas e projetos previstos em suas normativas estes são atravessados pelas contradições advindas da correlação de forças entre capital e trabalho. E são estas forças em presença que vão dar lastro ao seu cariz gerencialista, cidadão, e ao mesmo tempo carregado de patrimonialismo e clientelismo, tão próprio as Políticas Sociais em nosso país. Partindo desta análise, quando nos debruçamos sobre a Gestão do Trabalho no SUAS, mesmo com o advento da NOB RH-SUAS que normatiza o caráter público da prestação dos serviços socioassistenciais (BRASIL, 2006:12) o contraste com a grande massa de trabalhadores precarizados é sensível.

Em Niterói<sup>23</sup>, embora o SUAS em âmbito municipal só tenha sido de fato efetivado em 2016, a PSB segue as orientações da PNAS de 2004 e a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. Desta forma os Serviços da PSB são operacionalizados em 11(onze) equipamentos - distribuídos de acordo com o território de abrangência e público: CRAS,

---

<sup>21</sup> Lei 8742/93.

<sup>22</sup> Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social –CNAS n.145/2004.

<sup>23</sup> As informações aqui descritas foram acessadas por meio do banco de dados da Gestão do SUAS Municipal e da Gestão do Trabalho da SASDH-Niterói, assim por meio da experiência profissional da autora.

Centro de Oportunidades e Cidadania Digital, com ênfase no atendimento a juventude, Centro de Convivência de Idosos.<sup>24</sup>

Quando nos referimos às modalidades de contrato podemos dividir os trabalhadores pelas seguintes categorias: concursados, trabalhadores integrados, contratos por tempo determinado, cargos em comissão. Os trabalhadores integrados são aqueles advindos de integração ao quadro sem concurso público e/ou cedidos de outra Secretaria do Município. Nos CRAS, embora ainda que normatizado pela Política, a figura do coordenador não é legitimada nem pelo diferencial da carga horária nem pelo acréscimo no salário. Cargo subordinado à Subsecretaria de Assistência, possui caráter administrativo e pouca autonomia no planejamento e na execução das atividades.

Além do coordenador, cada CRAS possui em seu quadro entre cinco e seis profissionais: psicólogo, assistente social, digitador, auxiliar administrativo, auxiliar de serviços gerais entre outros. As atividades desenvolvidas nos CRAS se localizam predominantemente no Programa de Atendimento Integral as Famílias-PAIF e a inclusão nos programas do governo Federal por meio do Cadastro Único-CadÚnico. Contudo, em Niterói, o PAIF, quando ocorre, está associado diretamente às condicionalidades do Programa Bolsa Família-PBF.

Feita esta caracterização do campo consideramos importante elencar as principais características da organização do trabalho. Desta forma temos: ritmo intenso de trabalho favorecidos pelo patamar tecnológico da microeletrônica, aumento da competitividade redução dos tempos destinados a pausas no trabalho, repouso, recuperação do cansaço e espaço dentro e fora do ambiente de trabalho, polivalência e rotatividade de trabalhadores. (FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, 2010).

Quando analisamos as metas e o incremento tecnológico tomamos como exemplo o CadÚnico nos Programas Sociais do Governo Federal. Os assistentes sociais, juntamente com a equipe, realizam a inclusão das famílias no CadÚnico. No entanto não existem recursos tecnológicos básicos (computadores) para a consecução do CadÚnico nos CRAS. A regulação e administração dos benefícios sociais ainda são realizadas de forma centralizada em um Núcleo de Benefício e Renda onde são solucionadas as situações de bloqueio, atualização cadastral, e averiguação da situação familiar com vistas a comprovar as informações contidas no CadÚnico. Este equipamento, contudo, não dispõe de recursos tecnológicos que deem conta de toda a demanda do Município. Pela falta de recursos o CadÚnico é realizado, nos CRAS, de forma manual por toda equipe. Embora exista a figura

---

<sup>24</sup> As equipes são compostas, basicamente por assistentes sociais, psicólogos, auxiliares administrativos, auxiliares de serviços gerais, trabalhadores integrados, Educadores sociais, Cuidadores Sociais, Digitadores e Entrevistadores.

do digitador, profissional que deveria realizar o cadastro esta ainda não se configura como uma realidade nos equipamentos de Niterói. Desta forma existe uma intensificação do trabalho, mas sem a introdução do recurso necessário, devendo o trabalhador mediar a ausência das condições de trabalho com as metas estipuladas pela Instituição. Em decorrência da multiplicidade de vínculos a tensão existente entre os contratados e concursados é estimulada pela lógica gerencialista associada ao patrimonialismo, ainda existente no setor público. A questão da competitividade é estimulada, sobretudo, pela adesão do trabalhador ao discurso do comprometimento com o trabalho que, em muito, se distancia da execução da política. Destarte, estes trabalhadores realizam as metas na esperança da manutenção de seus empregos, desconsiderando a regulação ainda existente de contratos precários por tempo determinado. Identifica nos trabalhadores concursados como resistentes a execução da Política compreendida dentro da lógica gerencial.

Quando analisamos a redução dos tempos destinados a pausas no trabalho, repouso, recuperação do cansaço e espaço dentro e fora do ambiente de trabalho consideramos que embora exista uma flexibilidade nos horários e dias trabalhados, fruto do acordo entre os trabalhadores concursados devido a defasagem de salários, os profissionais são regularmente solicitados a participar de atividades nos finais de semana. As ações sociais realizam atendimentos pontuais e acabam se configurando como “atividade eleitoral”. Os profissionais são deslocados, por vezes, em situações de crise para atuar junto à defesa civil colaborando, fora do seu horário de trabalho em reintegrações de posse e em imóveis que se encontram em situação de risco. Por fim, os recursos de comunicação atuais como as redes sociais permitem o acesso aos trabalhadores em qualquer momento do dia ou da noite.

A polivalência traz em seu bojo a diluição das especialidades da equipe multidisciplinar do CRAS. Não existe diferença perceptível nas atividades realizadas entre os técnicos de nível superior, auxiliares administrativos, digitadores. No caso do Serviço Social e da Psicologia os segundos atuam da mesma forma que os assistentes sociais realizando atendimento sociais, encaminhando para a rede socioassistencial dentre outras atividades privativas ou não do assistente social. Outro exemplo é novamente o CadÚnico. Técnicos e digitadores realizam a entrevista para a inclusão no CadÚnico. Psicólogos, assistentes sociais, digitadores, auxiliares administrativos. Independente da demanda ou pressão para o aumento no número de beneficiários toda a equipe deve colaborar com o cadastramento, O assistente social, por conseguinte, realiza tarefas administrativas.

Uma das expressões mais sensíveis da precarização do trabalho é a rotatividade de trabalhadores. A multiplicidade de vínculos de trabalho decorrentes da ausência de concursos públicos se configura como estratégia bastante utilizada no desmonte do setor

público sob a perspectiva neoliberal. Niterói possui atualmente cinco modalidades diferentes de acesso às lotações da assistência. Na mesma medida em que é a expressão mais concreta da precarização do trabalho no SUAS e conseqüentemente dos assistentes sociais do SUAS, impacta na prestação dos serviços sociais reduzindo a autonomia na condução das atividades profissionais. Desta forma os processos de trabalho são organizados de forma a reforçar a lógica mercantil produtivista: tanto nas formas de gestão quanto nas formas de contrato.

### **3. Considerações finais:**

Na experiência profissional aqui analisada avaliamos, ainda que preliminarmente, que a organização do trabalho enquanto dimensão da precarização do trabalho imprime impactos nos trabalhadores da Política setorial de Assistência.

Consideramos que apenas quando diz respeito aos “tempos e pausas no trabalho” o rearranjo da carga horária (três dias) torna imprecisa esta questão. O incremento tecnológico, ou a falta deste, a competitividade, a polivalência estão presentes tanto nos dados consultados como na observação de campo.

Consideramos a permanência do cariz patrimonialista e clientelista da gestão pública, juntamente com as racionalidades advindas da PNAS com o aspecto produtivista sob uma perspectiva gerencialista. O gerencialismo neste contexto expressa os impactos da contrarreforma durante a construção de seu marco legal nos anos 90.

Quanto ao aspecto clientelista, as demandas sob esta lógica, vão atender às requisições da Instituição na figura dos gestores locais e mais especificamente nas necessidades eleitorais da Secretaria. Estas também vão impactar na permanência ou não do quadro de trabalhadores nos CRAS. Na contratação ou não de assistentes sociais.

A organização do trabalho, dentro deste contexto, responde tanto às novas tecnologias de intervenção, e às particulares formas de gestão da assistência social, mas também aos “processos políticos ideológicos que hoje marcam a dinâmica da sociedade civil e suas relações do Estado sob hegemonia do capital financeiro” (ALMEIDA & ALENCAR, 2011, p.171).

Por fim, a relativa autonomia dos assistentes sociais do SUAS é atravessada pelas tendências de organização do trabalho na atual conjuntura, e impactadas pelas configurações das relações e condições do trabalho precário.

O estudo sobre a categoria trabalho nunca se fez tão necessária para os assistentes sociais assim como para a coletividade dos trabalhadores.

#### 4- REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney L.T.de & ALENCAR, Monica M. T.de. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda dos direitos**. 1ª Ed São Paulo: Cortez, 2003.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX**. 3ª.Ed. Rio de janeiro: LTC, 1987.

COSTA, Dalva. H.C. Os serviços na contemporaneidade: notas sobre o trabalho em serviços. MOTA, Ana. E. (org.). **A Nova Fábrica de Consensos**. São Paulo: Cortez, 2008.

FRANCO, Tania, DRUCK, Graça, SELIGMANN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista brasileira de. Saúde ocupacional**. vol.35, n.122, pp.229-248. São Paulo,2010.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. 1ª Ed. São Paulo: Loyola, 1993.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**, 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo Tardio**. 2ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. O Capital. Processo de trabalho e processo de valorização. **ANTUNES, Ricardo. Dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.